

O CONCEITO DE GÊNERO TEXTUAL E GÊNERO DISCURSIVO

*SANDRA APARECIDA LIMA SILVEIRA FARIAS

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional.[...] Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seu tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 2003, p. 261-262)

Gênero discursivo e gênero textual são termos que, como afirmam alguns autores, a exemplo de Rojo (2008), encontraram sua época. Mas, algo que causa inquietação é: será que esses termos podem ser considerados como expressões diferentes de um mesmo conceito ou de dois conceitos distintos?

Parte-se do conceito de gênero apresentado por Bakhtin, pois, através dos estudos realizados em relação aos trabalhos sobre gêneros, percebe-se que, de forma direta ou indireta, o pensamento bakhtiniano influencia ou fundamenta boa parte das pesquisas nessa área. Em seguida, serão analisados alguns aspectos relacionados aos termos gênero discursivo e gênero textual, apresentando-se diferentes vertentes em relação ao uso desses termos, bem como a distinção entre gênero e outros conceitos que com ele dialogam.

Gênero do discurso: algumas observações sobre o conceito apresentado por Bakhtin

Quando se recorre inicialmente ao conceito de gênero apresentado por Bakhtin, vale ressaltar que isso não se dá por considerar-se tal conceito como o precursor nesse estudo, pois como alerta Faraco (2001, apud RODRIGUES, 2005, p. 152-153):

[...] primeiramente, embora com coincidências e apesar da anterioridade das formulações de Bakhtin, os estudos ocidentais não partiram de Bakhtin e, em segundo lugar, posteriormente, quando entram em contato com as concepções do Círculo, estas entram não como “curiosidade histórica”, mas como um “problematizador dos caminhos trilhados”, apresentando-se o autor como um interlocutor produtivo e atual.

Também chamando atenção para esse aspecto, Rojo (2008) traz à tona a herança aristotélica e a influência desta para o conceito de gênero. Ela lembra que, no livro *Poética*, Aristóteles apresenta o uso do termo gênero e diversos exemplos de gêneros ligados à literatura. Rojo ressalta, porém, que ao longo do livro, Aristóteles trata especialmente da constituição formal dos gêneros, ou seja, uma abordagem voltada à forma, aos materiais (linguísticos), ao estilo (no sentido clássico), à gramática e à função de texto modelar:

Aristóteles chega a realizar uma verdadeira gramática das formas da língua, indo dos fonemas (ditos letras) à frase e às metáforas e neologismos, de maneira a tratar das formas linguísticas envolvidas na elocução. Em termos bakhtinianos, poderíamos dizer que a *Poética* aristotélica dispensa considerável atenção à forma composicional e ao estilo (ROJO, 2008, p. 82- 83).

Já sobre o texto *Retórica*, Rojo menciona que o foco de Aristóteles nesse texto são as maneiras de participação ética e efetiva na vida da polis, enumerando os gêneros retóricos – deliberativo, forense e demonstrativo. A *Retórica* trata, em especial, das maneiras éticas e políticas de agir no mundo, dialogando, assim, com as teorizações bakhtinianas. Esse fato pode ser melhor compreendido quando se atenta para o comentário de Rojo (2008, p. 83-84):

Podemos então dizer, em termos bakhtinianos, que, diferentemente da *Poética*, na *Retórica*, o Estagirita desenvolve seu tema a partir da situação de produção dos discursos (em especial, as relações entre os interlocutores) e de seus temas e situa os gêneros em suas esferas de produção/circulação: política, jurídica e científica ou escolar. [...] fazendo os discursos circularem num ambiente de língua viva que alimenta as paixões humanas (grifos da autora).

Assim, concluindo essa linha de raciocínio, Rojo (2008, p. 95) afirma:

[...] o deslocamento sucessivo dos gêneros literários para os gêneros linguísticos (Bakhtin/Voloshinov, 1929:43) e, finalmente, para os gêneros do discurso (Bakhtin, 1952-53), opera a extensão do conceito para todas as formas de discurso da vida e da atividade humana e recoloca-o, de forma sociossituada, no fluxo das mais variadas formas de relação social (esferas ou campos de atividade humana). [...] Assim, pensar o funcionamento do conceito em outras esferas de atividade humana que não a da estética verbal implica repensá-lo por inteiro (grifos da autora).

Com base nas afirmações de Rojo, fica claro que Bakhtin não foi o precursor do uso do termo gênero. Porém, é impossível negar a importância dos estudos bakhtinianos para a noção de gênero que hoje é veiculada nos estudos relacionados ao texto. Dessa forma, num primeiro momento nesta dissertação, recorre-se ao conceito de gênero apresentado por ele, para posteriormente apresentarem-se definições trazidas por outros autores e analisar-se o diálogo que estabelecem com a voz bakhtiniana.

Antes, porém, algumas observações em torno do conceito trazido por Bakhtin são necessárias, pois, como alerta Rodrigues (2005), para se analisar o conceito de gênero do discurso na perspectiva bakhtiniana, duas considerações são necessárias. A primeira diz respeito à flutuação terminológica existente na obra do Círculo, inclusive no caso do conceito de gênero, e a segunda se refere à compreensão da noção de gêneros a partir de fundamentos nucleares, ou seja, à impossibilidade de dissociar a noção de gênero do discurso “das noções de interação verbal, comunicação discursiva, língua, discurso, texto, enunciado e atividade humana, pois somente na relação com esses conceitos pode-se apreender, sem reduzir, a noção de gêneros” (RODRIGUES, 2005, p. 154).

Partindo-se dessa segunda consideração, julga-se necessário buscar algumas das noções mencionadas acima, começando com uma definição que evoca outras, a noção de texto apresentada por Bakhtin no estudo O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas, sobre a qual Sobral (2009, p. 175-6) comenta:

A definição de texto apresentada é sobremodo ampla, abrangendo: (1) sua materialidade de sequência organizada de sinais convencionais; (2) seu estatuto de espaço de articulação de elementos estritamente linguísticos (que vão até o nível da frase e da junção de frases); (3) sua natureza de unidade estruturada de segmentos linguístico-semióticos ligado à produção de um sentido vinculado com os mecanismos de textura: a coesão, a coerência etc., mas que vai além da estruturação sintática das frases; e (4) seu estatuto de unidade potencial de sentido produzido – a partir das restrições do uso de sinais, da combinação de elementos linguísticos e dos mecanismos de criação de textura etc., – por sujeitos concretos, objetivados, isto é, transformados em sujeitos de discurso, numa dada situação histórico-social que sempre vai além da interação imediata.

A partir desse comentário, é possível observar que Bakhtin reconhece a importância do estudo do texto levando em consideração seus aspectos linguísticos ou textuais, porém seu foco é o texto como fenômeno sociodiscursivo, “nas condições concretas da vida dos textos na sua inter-relação e interação” (BAKHTIN, 2003, p.

319). “Todo texto tem um sujeito, um autor” (BAKHTIN, [1953] 2003, p. 308) que age em função de um destinatário, ficando evidente a importância das relações enunciativas para a concepção de texto.

Como bem analisa Marcuschi (2008), aderindo aos conceitos bakhtinianos, o texto acha-se construído na perspectiva da enunciação, sendo a relação dos indivíduos entre si e com a situação discursiva um dos aspectos centrais no processo interlocutivo. Ao se produzirem textos, quer orais quer escritos, enunciam-se conteúdos e sentidos que são construídos, inferidos e determinados mutuamente pelos participantes da enunciação. Assim, “o texto é uma (re)construção do mundo e não uma simples refração ou reflexo[...]. Ele refrata o mundo na medida em que o reordena e reconstrói” (MARCUSCHI, 2008, p. 72).

Segundo Rodrigues (2005), para Bakhtin, o enunciado é a unidade da comunicação discursiva, porém, o termo texto, numa visão linguística (imane), não corresponde à essência de um enunciado inteiro. Isso se dá porque o enunciado se constitui com elementos extralinguísticos (a sua dimensão social constitutiva) e está vinculado a outros enunciados já-ditos e previstos, transcendendo os limites do próprio texto. A noção de enunciado engloba a situação social não como algo externo ao enunciado, uma unidade maior que o envolveria, mas como um de seus elementos constitutivos: “texto + situação social de interação = enunciado” (RODRIGUES, 2005, p. 162).

Sobre a abordagem que Bakhtin faz a respeito do texto, Rodrigues (2005) traz algumas informações apresentadas por ele em O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas (BAKHTIN, 2003). Ali, segundo a autora, ele aborda o texto como a realidade imediata para o estudo do homem social e da sua linguagem, tendo em vista que a constituição do homem social e da sua linguagem, suas ideias e seus sentimentos concretizam-se somente em forma de textos. Ele fala ainda dos dois polos do texto: os elementos repetíveis e reproduzíveis; e o texto na sua qualidade de enunciado que se manifesta na situação social e em relação com outros textos, uma relação dialógica.

Assim, quando se fala em situação social e relação dialógica, é possível que um diálogo com o conceito de gênero discursivo apresentado por Bakhtin (2003, p. 261-262) seja estabelecido:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional.[...] Evidentemente, cada enunciado particular é individual, 21 mas cada campo de utilização da língua elabora seu tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso (grifo do autor).

Ao analisar-se este conceito, algo que se pode destacar é a opção pelo termo gênero do discurso, que, como lembra Rodrigues (2005, p. 163), já traz o foco que o autor pretendia dar aos gêneros:

Essa é a natureza verbal comum dos gêneros a que o autor se refere, i. é, a relação dialética que estabelece entre os gêneros e os enunciados, ou seja, olha os gêneros a partir da sua historicidade (eles não são unidades convencionais) e lhes atribui a mesma natureza dos enunciados (natureza social, discursiva e dialógica), ao tomá-los como seus tipos históricos.

Isso é reforçado quando Bakhtin menciona que “o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados concretos e únicos”. A partir da definição de enunciado proposta por ele, é possível concluir que a língua se propaga pela interação, através das relações dialógicas e não apenas por meio de “recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais”.

Então, corroborando o pensamento bakhtiniano, Fiorin (2006) comenta que os gêneros estabelecem uma conexão da linguagem com a vida social. Afinal, a linguagem penetra na vida por meio dos enunciados concretos e, ao mesmo tempo, pelos enunciados, a vida se introduz na linguagem.

Outro aspecto que merece atenção é o de que “esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo”. Esse aspecto pode ser melhor compreendido a partir das palavras do próprio Bakhtin (2004 [1929], p. 43):

Cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica. A cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero, isto é, a cada forma de discurso social, corresponde um grupo de temas. Entre as formas de comunicação (por exemplo, relações entre colaboradores num contexto puramente técnico), a forma de enunciação (“respostas curtas” na “linguagem de negócios”) e enfim o tema, existe uma unidade orgânica que nada

poderia destruir. Eis porque a classificação das formas de enunciação deve apoiar-se sobre uma classificação das formas da comunicação verbal. Estas últimas são inteiramente determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sóciopolítica.

Com isso, não se pretende dizer que existe ou deveria existir uma lista contendo quais os gêneros que se adequam a determinada situação, pois as possibilidades de ações humanas são infinitas. Conforme alerta Faraco (2009, p. 127), quando Bakhtin diz que os gêneros discursivos são tipos relativamente estáveis, ele está destacando a imprecisão das características e fronteiras dos gêneros e a sua historicidade, chamando a atenção para o fato de “os tipos não serem definidos de uma vez para sempre. Eles não são apenas agregados de propriedades sincrônicas fixas, mas comportam contínuas transformações, são maleáveis e plásticos.” Dessa forma, frequentemente, os indivíduos deparam-se com o surgimento de novos gêneros em detrimento de outros, bem como com o diálogo entre gêneros que tem características em comum. Sobre esse aspecto, Bakhtin ([1953] 2003, p. 285) afirma:

Os gêneros dos discursos, comparados às formas da língua, são bem mais mutáveis, flexíveis e plásticos; entretanto, para o indivíduo falante eles têm significado normativo, não são criados por ele mas dados a ele. Por isso um enunciado singular, a despeito de toda a sua individualidade e do caráter criativo, de forma alguma pode ser considerado uma combinação absolutamente livre de formas da língua.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a escolha do gênero é uma decisão estratégica, pois, ao eleger que gênero usar, o indivíduo estará analisando qual o gênero que melhor condiz com os seus objetivos. Afinal:

A constituição dos gêneros encontra-se vinculada à atividade humana, ao surgimento e (relativa) estabilização de novas situações sociais de interação verbal. Em síntese, os gêneros correspondem a situações de interação verbal típicas (mais ou menos estabilizadas e normativas): cada gênero está vinculado a uma situação social de interação, dentro de uma esfera social; tem sua finalidade discursiva, sua própria concepção de autor e destinatário (RODRIGUES, 2005, p. 165).

Mostrando a relação entre os campos de atividade humana e os diferentes gêneros, Bakhtin ([1953] 2003) divide os gêneros em primários e secundários. Os primários são os gêneros da vida cotidiana, pertencentes à comunicação verbal

espontânea, e têm relação direta com o contexto mais imediato. Os secundários pertencem à esfera da comunicação cultural mais elaborada, a jornalística, a jurídica, a religiosa, a política, a filosófica, a pedagógica, a artística e a científica. Bakhtin também menciona que existem gêneros mais criativos e outros mais estereotipados: entre os mais criativos estão os da intimidade familiar ou da amizade e os da esfera da literatura; entre os mais estereotipados estão certos textos da vida cotidiana e da vida prática, como os gêneros pertencentes à correspondência oficial.

Essa divisão, no entanto, não tem o intuito de buscar uma classificação dos gêneros, uma categorização, pois seria uma prática reducionista. Um texto significa o que significa não por causa de quaisquer traços linguísticos objetivos inerentes, mas porque é gerado pelas esferas comunicativas/discursivas, refletindo um fragmento do mundo em que se vive. É como lembra Rodrigues (2005, p. 166):

Uma vez constituídos, dialeticamente, os gêneros exercem um certo efeito “normativo” (norma, coerção social) sobre as interações verbais. Os gêneros englobam forma histórica, são “produtos” culturais, “modos sociais de dizer” (Faraco, 2003), mas são antes uma atividade social de linguagem, modos de significar o mundo (os gêneros apresentam uma visão de mundo). Como modos sociais de ação (atos sociais) e de dizer, os gêneros “regulam”, organizam e significam a interação.

Dois trechos merecem atenção nesse comentário: “os gêneros exercem um certo efeito normativo” e “os gêneros regulam, organizam e significam a interação”. São trechos que, quando mal interpretados e analisados fora do contexto, podem levar a equívocos, como o de recorrer-se ao conceito de gênero apresentado por Bakhtin e enfocarem-se aspectos que não são pertinentes a esse conceito ao direcionar-se o objetivo da análise textual para a formação de conjuntos de textos que se enquadram neste ou naquele gênero. Por exemplo, pode-se trabalhar com o gênero notícia com foco em aspectos estruturais, como os que compõem o lead, deixando-se de explorar os aspectos discursivos, como as escolhas lexicais.

Portanto, é digno de nota que, além da abordagem bakhtiniana, existem diferentes vertentes sobre o conceito de gênero e que nem sempre a escolha por um ou outro conceito está condizente com a proposta de análise a ser apresentada. Assim, faz-se necessário explorar alguns aspectos sobre essas vertentes.

Do gênero discursivo ao gênero textual

Marcuschi (2008) apresenta algumas perspectivas de estudo, tanto no contexto mundial como no brasileiro, sobre as diferentes abordagens relacionadas ao estudo dos gêneros. Ele destaca que um consenso existente entre essas perspectivas é que, para comunicar-se, o indivíduo recorre aos gêneros, como uma forma de se adequar a determinado contexto. Ele acrescenta ainda que os textos e/ou discursos circulam através dos gêneros. Ora, se os textos e/ou discursos circulam através de gêneros, por que então o uso de termos distintos como gênero do discurso ou gênero discursivo e gênero textual?

Para alguns autores, a exemplo de Marcuschi (2008, p. 154), essa distinção não é tão relevante, como é possível se observar em uma nota de rodapé em que o autor justifica o uso do termo escolhido por ele:

Não vamos discutir aqui se é mais pertinente a expressão “gênero textual” ou a expressão “gênero discursivo” ou “gênero do discurso”. Vamos adotar a posição de que todas essas expressões podem ser usadas intercambialmente, salvo naqueles momentos em que se pretende, de modo explícito e claro, identificar algum fenômeno específico.

Em outro momento, Marcuschi (2008, p. 58) acrescenta:

A tendência é ver o texto no plano das formas linguísticas e de sua organização, ao passo que o discurso seria o plano do funcionamento enunciativo, o plano da enunciação e efeitos de sentido na sua circulação sociointerativa e discursiva envolvendo outros aspectos. [...] São muito mais duas maneiras complementares de enfocar a produção linguística em funcionamento (grifos meu).

Percebe-se aqui uma tendência de se conceber o gênero como um artefato textual discursivo, sendo analisado tanto em seu aspecto organizacional interno como em seu funcionamento sociointerativo. Isso porque, para se produzir um gênero textual, existem normas que não são rígidas, mas necessárias, caso se pretenda a compreensão e a interação por parte de todos os envolvidos no processo comunicativo. A título de exemplo tem-se o ofício, um gênero que faz parte da correspondência oficial: quando o indivíduo faz uso desse gênero deve se adequar às exigências impostas pela situação comunicativa. Assim, o que se deve dizer ou não, o como e o quanto dizer, dependerá de interlocutores definidos e dos contextos nos quais os textos poderão circular.

Nesse sentido, Marcuschi (2008) recorre ao comentário de Coutinho (2004), o qual lembra que uma das tendências atuais é a de se estudarem as relações e não a distinção entre texto e discurso, pois estes podem ser considerados aspectos complementares da atividade enunciativa. E acrescenta:

Entre o discurso e o texto está o gênero, que é aqui visto como prática social e prática textual-discursiva. Ele opera como a ponte entre o discurso como uma atividade mais universal e o texto enquanto a peça empírica particularizada e configurada numa determinada composição observável. Gêneros são modelos correspondentes a formas sociais reconhecíveis nas situações de comunicação em que ocorrem. Sua estabilidade é relativa ao momento histórico-social em que surge e circula (MARCUSCHI, 2008, p. 84).

Para apoiar a concepção de tratar os gêneros textuais como elementos tipicamente discursivos, Marcuschi (2008) apresenta a proposta de Adam (1999) de uma releitura que inclua o texto no contexto das práticas discursivas sem dissociá-lo de sua historicidade e de suas condições de produção. Para Adam (1999, apud MARCUSCHI, 2008, p. 83), o gênero textual pode ser entendido como “a diversidade socioculturalmente regulada das práticas discursivas humanas” e “a separação do textual e do discursivo é essencialmente metodológica”. Assim, reforçando esse aspecto, Marcuschi (2008, p. 81-82) comenta:

Trata-se de “reiterar a articulação entre o plano discursivo e textual”, considerando o discurso como o “objeto de dizer” e o texto como o “objeto de figura”. O discurso dar-se-ia no plano do dizer (a enunciação) e o texto no plano da esquematização (a configuração). Entre ambos, o gênero é aquele que condiciona a atividade enunciativa.

Para sintetizar essa concepção do gênero textual com foco na relação entre os aspectos textuais e discursivos, podemos destacar algumas características apresentadas por Marcuschi (2008). Para ele, o gênero apresenta dois aspectos importantes: a gestão enunciativa, que inclui a escolha dos planos de enunciação, modos discursivos e tipos textuais, e a composicionalidade, que diz respeito à identificação de unidades ou subunidades textuais. Assim, o domínio de um gênero textual não significa o domínio de “uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares” (MARCUSCHI, 2008, p. 154). Ele acrescenta:

O gênero é uma escolha que leva consigo uma série de consequências formais e funcionais. A própria seleção da linguagem segue a decisão do gênero e seu funcionamento discursivo no contexto pretendido. Na realidade, se observamos como agimos nas nossas decisões na vida diárias, dá-se o seguinte: primeiramente, tenho uma atividade a ser desenvolvida e para a qual cabe um discurso característico. Esse discurso inicia com a escolha de um gênero que por sua vez condiciona uma esquematização textual (MARCUSCHI, 2008, p. 85).

Diante do que foi exposto até aqui, percebe-se uma abordagem que concebe o gênero levando em conta seus aspectos textuais e discursivos, optando pelo uso do termo gênero textual sem diferenciá-lo do termo gênero discursivo.

Porém, para outros autores, não é só uma diferença terminológica que está em jogo: há uma diferença conceitual. Esse é o caso de Rojo, que tem como um dos objetivos de seu estudo trabalhar tal distinção. Ao refletir a respeito dos trabalhos sobre gêneros de texto e gêneros do discurso realizados no Brasil, entre 1995 até 2000, a autora tece o seguinte comentário:

[...] constatamos que podíamos dividir esses trabalhos em duas vertentes metateoricamente diferentes – que, daqui por diante, denominarei teoria de gêneros do discurso ou discursivos e teoria de gêneros de texto ou textuais. Ambas as vertentes encontravam-se enraizadas em diferentes releituras da herança bakhtiniana, sendo que a primeira – teoria dos gêneros do discurso – centrava-se sobretudo no estudo das situações de produção dos enunciados ou textos e em seus aspectos sócio-históricos e a segunda – teoria dos gêneros de textos –, na descrição da materialidade textual. (ROJO, 2005, p. 185, grifos da autora)

Partindo-se das considerações apontadas por Rojo (2005), serão pontuadas algumas características que permitam diferenciar essas duas teorias. Um aspecto relevante a se destacar é que as duas vertentes recorrem à herança bakhtiniana, porém com diferentes releituras.

Quanto à primeira, a teoria dos gêneros do discurso, já é possível perceber a forte influência bakhtiniana desde a escolha terminológica. Esta também é a vertente mais antiga, pois, como mencionado anteriormente, a evolução do conceito de gênero passa antes pela poética e pela retórica, com Aristóteles, chegando a gênero do discurso, com Bakhtin. Só, mais recentemente é que vemos o uso do termo gênero textual.

Também é importante mencionar que os autores que optam de forma consciente pelo uso do termo gênero discursivo, como Brait (1996) e Rojo (1999)², dentre outros,

deixam transparecer em suas pesquisas o diálogo com outros conceitos da teoria bakhtiniana, concebendo o gênero como forma de discurso, de enunciação e não como forma ou tipo de texto.

Os gêneros precisam ser vistos e analisados levando-se em conta suas condições de produção, indispensáveis numa análise dos gêneros com foco no aspecto discursivo, pois “cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica” (BAKHTIN, 2004, p. 43). Isso leva a outro aspecto, abordado por Rojo (2005), envolvido na teoria dos gêneros do discurso: os interlocutores. Estes possuem um papel importantíssimo no que se refere à apreciação valorativa das relações sociais, institucionais e interpessoais existentes entre eles, exercendo forte influência na escolha dos aspectos temáticos, composicionais e estilísticos do texto ou discurso.

Vale ressaltar, porém, que esses interlocutores não fazem suas escolhas com base no acaso. Existe uma forte influência das esferas comunicativas, como lembra Rojo (2005, p. 197) ao remontar ao conceito das esferas comunicativas apresentado por Bakhtin/Voloshinov, mostrando a relação entre estas e os interlocutores:

As relações entre os parceiros da enunciação não se dão num vácuo social. São estruturadas e determinadas pelas formas de organização e de distribuição dos lugares sociais de produção dos discursos. É o que Bakhtin/Voloshinov designam por esferas comunicativas, divididas em dois grandes estratos: as esferas do cotidiano (familiares, íntima, comunitárias etc.), onde circula a ideologia do cotidiano, e as esferas dos sistemas ideológicos constituídos (da moral social, da ciência, da arte, da religião, da política, da imprensa etc.). Em cada uma destas esferas comunicativas, os parceiros da enunciação podem ocupar determinados lugares sociais – e não outros – e estabelecer certas relações hierárquicas e interpessoais – e não outras; selecionar e abordar certos temas – e não outros; adotar certas finalidades ou intenções comunicativas – e não outras, a partir de apreciações valorativas sobre o tema e sobre a parceria.

Após as considerações feitas até aqui, pode-se sintetizar o foco da teoria dos gêneros do discurso com as seguintes palavras de Rojo (2005, p. 199):

Dito de outra maneira, aqueles que adotam a perspectiva dos gêneros do discurso partirão sempre de uma análise em detalhe dos aspectos sóciohistóricos da situação enunciativa, privilegiando, sobretudo, a vontade enunciativa do locutor – isto é, sua finalidade, mas também e principalmente sua apreciação valorativa sobre seu(s) interlocutor(es) e tema(s) discursivos –, e, a partir desta análise, buscarão as marcas linguísticas (formas do texto/enunciado e da língua – composição e

estilo) que refletem, no enunciado/texto, esses aspectos da situação. [...] Assim, talvez o analista possa chegar a certas regularidades do gênero, mas estas serão devidas não às formas fixas da língua, mas às regularidades e similaridades das relações sociais numa esfera de comunicação específica.

Esse foco diferencia a abordagem da teoria dos gêneros do discurso da abordagem da teoria dos gêneros textuais sobre a qual serão destacados alguns aspectos. O primeiro aspecto é a escolha terminológica, pois essa escolha parece direcionar o foco para os elementos textuais e funcionais. Como salienta Rojo (2005, p. 189), numa descrição textual, trata-se de abordar a “materialidade linguística do texto”; já em uma descrição mais funcional/contextual, “trata-se de abordar o gênero, não parecendo ter sobrado muito espaço para a abordagem da significação, a não ser no que diz respeito ao ‘conteúdo temático’”. Assim, apesar de, como já dito anteriormente, se basear em releituras dos estudos de Bakhtin, essa abordagem se distancia do método sociológico bakhtiniano ao focar na descrição linguística e textual e não no aspecto discursivo.

Outro aspecto mencionado por Rojo (2005, p. 194) sobre a definição de gênero apresentada por autores que adotam essa abordagem é o fato de não conceberem o gênero como “um universal concreto decorrente das relações sociais e regulador das interações e discursos configurados em enunciados ou textos”: antes a ênfase é dada a um conjunto de 28 similaridades que acaba por transformar essas características em um modelo, ou padrão pertencente a determinado gênero.

Sintetizando os aspectos constituintes da teoria dos gêneros textuais, Rojo (2005, p. 192-193) aponta quatro características principais:

- todas se aproximam de uma definição wittgensteiniana de gênero como família de textos, sendo que famílias podem ser reconhecidas por similaridades (no dizer de Wittgenstein, por formatos). Essas similaridades podem se dar no nível do texto (e aqui, faz-se referência às formas do texto – textuais/ de composição; linguísticas/ de estilo – ou do contexto ou situação/ condição de produção – e aqui, faz-se referência a função, finalidade ou critérios pragmáticos/utilitários;
- todas buscam compatibilizar análises textuais/ da textualidade com as descrições de (textos em) gêneros, seja por meio de sequências e operações textuais (Adam, Marcuschi), seja por meio dos tipos de discurso (Bronckart);
- todas remetem a uma certa leitura pragmática ou funcional do contexto/situação de produção; e, finalmente,
- todas mencionam a obra de e estabelecem uma aproximação – não isenta de repulsão e, logo, polifônica – com o discurso bakhtiniano.

Nesse sentido, pode-se concluir que as duas vertentes apresentadas acima possuem como ponto em comum a referência à herança bakhtiniana, porém se diferenciam a partir do foco desenvolvido por cada uma. Por exemplo, a teoria dos gêneros do discurso recorre às marcas textuais e linguísticas com vistas à produção de sentido nas situações enunciativas. Já a teoria dos gêneros textuais não apenas recorre aos aspectos textuais e linguísticos como sendo parte da composição textual, como também os considera elementos relevantes na formação e classificação dos gêneros.

Para melhor compreender a distinção exposta por Rojo (2005) entre essas duas vertentes envolvendo o estudo do gênero, será apresentado um exemplo de análise proposto pela autora, no qual o mesmo texto é analisado com dois focos, um discursivo e outro textual. O texto é uma conversa familiar, sendo os participantes o marido, a esposa e a empregada, representados pelas letras A, B e C respectivamente:

1. A: Se der sorte, eu ganho a bolsa.
2. B: É bom não contar com isso! Cê tem muito azar na profissão. Maior azarão!
3. C: O senhor é de Peixes:
4. A: Não. De Sagitário.
5. C: Peixes é que tem muito azar na profissão.
6. B: Quanto tempo faz que CE temperou ele? (apontando para um lombo assando no forno)
7. C: Uns vinte minutos.
8. B: Xiii!! Acho que num vai pegar! Tem de deixar uma hora e meia. Bom, se der sorte, ele pega o tempero. Você passou bastante?
9. C: (assente com a cabeça)
10. B: Então, se der sorte, ele pega.
11. A: E eu também.
12. B: Pega o quê?
13. A: A bolsa.

(ROJO, 2005, p. 199-200)

Em uma primeira análise feita em 1985, numa abordagem desse texto como gênero textual, Rojo (2005) diz que o foco se destinou aos aspectos organizacionais da conversa, como a coesão, a estruturação por turnos, os mecanismos associativos analisados a partir de certos lexemas, ou de elementos presentes no contexto imediato e

empírico da interação, regidos pelo conhecimento armazenado e compartilhado pelos interlocutores. “Trata-se de uma interpretação essencialmente linguística e cognitiva, onde as relações sociais – hierárquicas ou interpessoais – entre os interlocutores é completamente ignorada e os confrontos conflituosos presentes na conversa não são vistos” (ROJO, 2005, p. 200).

Segundo Rojo (2005), quando essa conversação é analisada não como um gênero textual, mas como um gênero do discurso da esfera cotidiana familiar, retratando uma família urbana na sociedade brasileira pós-anos 1960, o resultado é outro. Nessa segunda análise, torna-se fundamental levar em consideração todos os aspectos envolvidos nas relações enunciativas, como as condições sociais, a esfera comunicativa, os interlocutores e até o próprio gênero discursivo autorizado nessa situação.

Para situar seus leitores sobre essa análise, Rojo os coloca a par de algumas informações a respeito dos participantes da conversa. O marido e a esposa são professores universitários que pertencem às camadas médias-altas de São Paulo e, enquanto tomam o café da manhã na cozinha, acontece uma conversa que acaba tendo a participação da nova empregada, que está preparando o almoço. Entre esses interlocutores, é possível perceber relações hierárquicas e assimétricas, como expressado na fala da empregada ao se dirigir ao patrão, e relações simétricas, no que se refere ao lugar social ocupado pelo marido e a esposa.

A análise com foco no gênero discursivo conversa familiar é bem diferente da primeira com foco no textual, pois envolve o estudo de outros textos e não só do texto em questão. Abordando algumas distinções em relação à primeira análise, Rojo (2005, p. 205) pontua os seguintes aspectos:

Nossa análise atual propõe que o dito tópico seja você (cê – a empregada) e não o lombo. Algo como: Por falar em azar na profissão, quanto tempo faz que cê temperou ele? Ou, de maneira muito indireta (mas perfeitamente 30 compreendida pela empregada, como se pode ver no turno-mudo n. 9): A conversa ainda não chegou na cozinha. Com essa pergunta, a patroa não apenas coloca a empregada no seu devido lugar, como também retoma o fio do tema que vinha desenvolvendo – sorte = sucesso; azar = insucesso – e o complementa: sorte/sucesso = competência e azar/insucesso = incompetência, encerrando assim sua apreciação do tema. Se não fosse assim, por que razão (inconsciente, é claro) retomar quase tão literalmente o enunciado de A (Se der sorte, ele pega)? Como diria Bakhtin, por proceder de e se dirigir a outros enunciados, os enunciados estão em permanente diálogo, sendo isto o que constitui a sua terceira particularidade: concebidos como elos na cadeia de comunicação verbal, os enunciados refletem-se uns aos outros, estão

repletos de ecos de outros enunciados e são sempre uma resposta a outros tantos, como afirma o autor ao falar do dialogismo da linguagem, marcada pela alternância dos sujeitos falantes realizada durante a comunicação verbal – relações entre o eu e o outro – e, também, pelo diálogo permanente entre os discursos constituídos na cultura (vozes) (grifos da autora).

Vale ressaltar que outros aspectos são apresentados por Rojo ao longo dessa segunda análise, porém, nesta dissertação, recorre-se a alguns recortes, por acreditar que, por meio deles, é possível compreender de que forma um mesmo texto pode ser analisado com foco em aspectos textuais e/ou discursivos. Não se trata de julgar uma teoria, dos gêneros discursivos ou dos gêneros textuais, como melhor ou pior do que a outra. A opção por uma em detrimento da outra vai depender dos objetivos de pesquisa a serem alcançados.

Além dessas vertentes apresentadas até o momento, percebe-se a necessidade de se abordar mais uma forma de se diferenciar os termos gênero do discurso e gênero textual, a qual foi trabalhada nas aulas do mestrado. Durante discussões sobre essa distinção, um exemplo que parece contemplar uma compreensão plausível é a do gênero polêmica, que não deve ser considerado como um gênero textual, pois pode estar presente em diversos gêneros, sendo, antes, considerado como um gênero do discurso.

Daí, chega-se a uma tendência que pode ser observada ao se usar o termo gênero para representar ou analisar não um texto, mas um conjunto de textos pertencentes à mesma esfera de atividade humana. Essa tendência pode ser observada ao analisarem-se alguns títulos de trabalhos apresentados em eventos. Para exemplificar, serão citados alguns desses títulos sem necessariamente fazerem-se considerações sobre o trabalho como um todo, pois julga-se que o título já se faz suficiente para compreender o que está sendo abordado. Dois exemplos dentre os trabalhos apresentados na Abralin 2011 são “Gêneros textuais jurídicos – petição inicial, contestação e sentença: interface com a análise crítica do discurso” (Cláudia Maris Tullio, Paulo de Tarso Galembeck) e “Elementos constituintes do gênero textual infográfico numa abordagem sociorretórica” (Francis Arthuso Paiva). No XIII Simpósio Nacional de Letras e Linguística e III Simpósio internacional de Letras e Linguística – 2011 pode-se destacar “Os gêneros textuais acadêmicos e suas práticas discursivas: integrando estudantes às práticas sociais da educação superior” (Mara Lucia Castilho) e “Os gêneros jornalísticos nos livros do primeiro e segundo ano do ensino médio: resultados obtidos” (Ludymilla Fogassi de Oliveira Rocha). Já no II Simpósio Internacional de Ensino de Língua Portuguesa –

2012, temos, dentre outros trabalhos, “Práticas de leitura pelo viés do hibridismo presente no gênero publicitário” (Luciana Martins Arruda e Dalcyene Dutra Lazarini).

Sobre esses títulos pode-se destacar que, ao usarem expressões como “gêneros textuais jurídicos”, “gênero textual infográfico”, “os gêneros textuais acadêmicos”, “os gêneros jornalísticos” e “gênero publicitário”, seus autores visam abordar não um texto, mas textos dentro dessas “esferas ou campos” (BAKHTIN, 2004) ou “domínios discursivos” como aponta Marcuschi (2008, p. 155):

Domínio discursivo constitui muito mais uma “esfera da atividade humana” no sentido bakhtiniano do termo do que um princípio de classificação de textos e indica instâncias discursivas (por exemplo: discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc.). Não abrange um gênero em particular, mas dá origem a vários deles, já que os gêneros são institucionalmente marcados. Constituem práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que às vezes lhe são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder.

Até o momento buscou-se expor algumas abordagens teóricas em relação ao uso dos termos gênero do discurso e gênero textual, procurando destacar o foco de análise do texto a partir dessas abordagens; porém, é importante lembrar que questionamentos sobre qual deve ser o foco ao se analisar um gênero não é uma discussão nova. Segundo Souza (1999), ao fazer menção à obra de Bakhtin/Medvedev *The Format Method In Literary Scholarship* (1928), os teóricos russos já questionavam o problema da investigação do gênero em estudos anteriores, pois, segundo eles, o gênero só era investigado no fim da análise, mecanicamente, como um composto de esquemas.

Esse é um aspecto que parece persistir, porque o maior problema no que se refere ao estudo sobre os gêneros é que as terminologias e categorizações usadas pelos diversos autores não ajudam a compreender como os gêneros funcionam. Antes demonstram uma preocupação em agrupar os gêneros segundo critérios formais, estruturais e situacionais, dentre outros, quando não chegam a apresentar equívocos no que se refere ao uso do termo gênero textual e de outros conceitos.

*Capítulos e subcapítulos retirados da Dissertação de Sandra A. L. Silveira Farias – Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24475/1/Sandra%20Aparecida%20Lima%20Silveira%20Farias.pdf>